

1. DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA E CONTRATOS COM TERCEIROS: As pessoas jurídicas que pretenderem aderir ao programa deverão confrontar as informações constantes do contrato ou estatuto sociais vigentes à data do pleito com aquelas apresentadas à Secretaria da Receita Federal e às secretarias de fazenda ou finanças, estaduais e municipais, observando o quadro roteiro abaixo. Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade deverão ser adotadas as providências necessárias à sua correção.				
Objetivo estabelecido pela SRF		Procedimento ¹	Ref.:	Executado por / data
1	Entender o grupo empresarial	A) Obter o organograma formal do grupo empresarial do qual a pessoa jurídica candidata faz parte, com informações sobre empresas controladoras, controladas, coligadas, subsidiárias, compreendendo: nome empresarial, país-sede, atividade empresarial, natureza da vinculação e percentual de participação societária.		
		B) Obter cópia do estatuto ou contrato social e ler os documentos para corroborar a estrutura organizacional, atividade empresarial, incluindo atividade de importação e exportação.		
2	Administração – entender funções e atribuições	C) Obter organograma formal da Empresa no Brasil e confrontar as informações com atas de reuniões da diretoria ou administração ou com atas de assembleias de acionistas, conforme apropriado, bem como obter descrição resumida das funções e atribuições dos órgãos.		
		D) Obter relação de dirigentes e gerentes no período auditado, em conformidade com o organograma, informando os respectivos Cadastros de Pessoa Física (CPF) e período de atuação no intervalo de tempo auditado.		
3	Entender a evolução societária	E) Obter informações sobre as fusões, cisões e incorporações, bem assim a evolução do capital social nos últimos três anos, no Brasil e confrontar com os respectivos documentos-suportes.		
4	Entender a estrutura fabril, de armazenamento e administrativa.	F) Obter relação das unidades fabris por seus números no CNPJ, identificando linhas de produção e respectivas capacidades produtivas		

¹ Os procedimentos deste programa de trabalho devem ser aplicados para o período que inclui os últimos 4 semestres civis, findo na data-base estabelecida, a menos que os trabalhos sejam de outra forma contratados.

1. DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA E CONTRATOS COM TERCEIROS:

As pessoas jurídicas que pretenderem aderir ao programa deverão confrontar as informações constantes do contrato ou estatuto sociais vigentes à data do pleito com aquelas apresentadas à Secretaria da Receita Federal e às secretarias de fazenda ou finanças, estaduais e municipais, observando o quadro roteiro abaixo.

Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade deverão ser adotadas as providências necessárias à sua correção.

Objetivo estabelecido pela SRF		Procedimento ¹	Ref.:	Executado por / data
		instaladas e confrontar com os respectivos documentos suportes.		
		G) Obter a relação dos estabelecimentos não fabris que contenham unidades de armazenagem, com suas respectivas capacidades em termos de área e volume e confrontar, em base de testes, com os respectivos documentos-suportes.		
		H) Obter a relação dos estabelecimentos não-industriais, apresentando descrição resumida das atividades desenvolvidas (ex.: administração, escritórios de representação, etc.) e confrontar, em base de testes, com os respectivos documentos suportes.		
5	Verificar a existência de filiais inativas, justificativas para sua manutenção ou indicar a inexistência de intenção de continuidade de negócio e providenciar a correspondente regularização nos atos constitutivos.	I) Obter da Administração uma relação atualizada de todos os CNPJ da Empresa incluindo as filiais inativas.		
		Com base na relação acima, selecionar amostra dos CNPJ e corroborar a situação cadastral da filial através do site da SRF (www.receita.fazendo.gov.br).		
		J) Se houver filiais inativas obter da Administração quais os planos ou ações para regularização, quando aplicável, confrontar com os respectivos documentos-suportes.		
6	Verificar todos os endereços em que a empresa pratica atos de negócios e confirmar as respectivas inclusões nos atos constitutivos, bem como nos cadastros perante os órgãos	K) Obter da Administração uma relação atualizada com todos os endereços de seus estabelecimentos industriais e comerciais.		
		L) Com base na relação acima confrontar, em base de testes, os endereços com os atos societários e constitutivos da Empresa.		

1. DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA E CONTRATOS COM TERCEIROS: As pessoas jurídicas que pretenderem aderir ao programa deverão confrontar as informações constantes do contrato ou estatuto sociais vigentes à data do pleito com aquelas apresentadas à Secretaria da Receita Federal e às secretarias de fazenda ou finanças, estaduais e municipais, observando o quadro roteiro abaixo. Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade deverão ser adotadas as providências necessárias à sua correção.				
Objetivo estabelecido pela SRF		Procedimento ¹	Ref.:	Executado por / data
	públicos.	M) Para os estabelecimentos selecionados acima, verificar sua inclusão nos órgãos públicos autorizando seu funcionamento.		
7	Verificar se os sócios estrangeiros, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, estão devidamente inscritos no CPF e CNPJ, nos termos das Instruções Normativas SRF nº 461, de 18/10/2004, e nº 568 de 08/09/2005, e alterações posteriores.	N) Obter a composição societária atualizada da Empresa, e havendo sócios controladores estrangeiros, verificar através do site da SRF (www.receita.fazenda.gov.br) se as informações cadastrais (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas - CPF) desses sócios estão atualizadas.		
8	Verificar a atualização das informações constantes dos cadastros da SRF e das Secretarias de Fazenda Estadual, Municipal e Distrital.	O) Obter os dados cadastrais da Empresa e verificar se eles estão atualizados perante a Secretaria da Receita Federal - SRF, o Estado (para verificação dos dados cadastrais nos Estados, acessar (www.sintegra.gov.br) e escolher o Estado de localização da Empresa) e o Município.		
9	Verificar a validade e o alcance das representações, previstas em contrato, estatuto social e procurações, inclusive em favor de Dirigentes, Diretores e Gerentes - Delegados.	P) Obter da Administração uma relação atualizada das procurações, inclusive dos Dirigentes, Diretores e Gerentes - Delegados que têm procurações em nome da Empresa.		
		Q) Selecionar, em base de testes, procurações e verificar o período de validade e se os direitos concedidos nessas procurações estão consistentes com o previsto em contrato ou estatuto social.		
10	Verificar a atualização e regularidade de Licenças de	R) Obter da Administração uma relação de todas as licenças de funcionamento, de produção e de registro de produtos.		

1. DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA E CONTRATOS COM TERCEIROS:

As pessoas jurídicas que pretenderem aderir ao programa deverão confrontar as informações constantes do contrato ou estatuto sociais vigentes à data do pleito com aquelas apresentadas à Secretaria da Receita Federal e às secretarias de fazenda ou finanças, estaduais e municipais, observando o quadro roteiro abaixo.

Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade deverão ser adotadas as providências necessárias à sua correção.

Objetivo estabelecido pela SRF	Procedimento ¹	Ref.:	Executado por / data
Funcionamento, de Produção ou de Registro de Produtos, relacionados com o processo produtivo ou com a comercialização de mercadorias nos órgãos competentes (Departamento de Polícia Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Secretaria de Defesa Agropecuária, SUFRAMA etc).	S) Com base na relação acima selecionar, em base de testes, os itens e confrontar com as respectivas licenças, atentando para o período de validade e respectiva aprovação dos órgãos competentes.		
11 Entender a relação com terceiros relacionados ao comércio exterior (contratos de royalties, direitos de licença, engenharia, pesquisa e desenvolvimento relativos aos projetos de equipamentos importados, seguros, clientes e fornecedores estrangeiros, despachantes e agentes de carga).	<p>Para os próximos passos do programa de trabalho, relacionados à obtenção de dados, observar se a administração estabeleceu controles mínimos a fim de garantir que os mesmos são completos e atuais.</p> <p>T) Obter da Administração relação de contratos de royalties e/ou de direitos de licença relacionados com as operações de importações e respectivos beneficiários com os respectivos números dos Certificados de Averbação no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e observar se os valores correspondentes aos royalties devem ou não fazer parte do valor aduaneiro das mercadorias importadas.</p>		

1. DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA E CONTRATOS COM TERCEIROS:

As pessoas jurídicas que pretenderem aderir ao programa deverão confrontar as informações constantes do contrato ou estatuto sociais vigentes à data do pleito com aquelas apresentadas à Secretaria da Receita Federal e às secretarias de fazenda ou finanças, estaduais e municipais, observando o quadro roteiro abaixo.

Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade deverão ser adotadas as providências necessárias à sua correção.

Objetivo estabelecido pela SRF		Procedimento ¹	Ref.:	Executado por / data
		U) Obter da Administração relação de contratos dos serviços de engenharia, pesquisa e desenvolvimento, relativos aos projetos de equipamentos importados com os respectivos números dos Certificados de Averbação no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e determinar se os valores correspondentes aos contratos devem ou não fazer parte do valor aduaneiro das mercadorias importadas.		
		V) Obter da Administração relação dos contratos de seguro para cobertura das operações de comércio exterior, identificando o valor do prêmio pago e, se o contrato abranger mais de uma operação, o critério de rateio do prêmio para fins de determinação do valor aduaneiro na importação.		
		W) Obter da Administração, a relação dos fornecedores estrangeiros que conjuntamente representem, no período sob análise, no mínimo 80% das importações, em valor FOB (US\$), apresentada em meio magnético, conforme o modelo (layout) no Anexo – B deste documento, e corroborar a relação com cadastro de fornecedores e com informações e documentos independentes e os registros contábeis, a fim de verificar a razoabilidade da informação prestada pela Administração.		

1. DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA E CONTRATOS COM TERCEIROS:

As pessoas jurídicas que pretenderem aderir ao programa deverão confrontar as informações constantes do contrato ou estatuto sociais vigentes à data do pleito com aquelas apresentadas à Secretaria da Receita Federal e às secretarias de fazenda ou finanças, estaduais e municipais, observando o quadro roteiro abaixo.

Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade deverão ser adotadas as providências necessárias à sua correção.

Objetivo estabelecido pela SRF		Procedimento ¹	Ref.:	Executado por / data
		X) Obter da Administração relação dos clientes estrangeiros que conjuntamente representem, no período sob análise, no mínimo 80% das exportações, em valor FOB (US\$), apresentada em meio magnético, conforme modelo (layout) constante no Anexo – B deste documento, e comparar com a relação com cadastro de clientes e com informações e documentos independentes e os registros contábeis, a fim de verificar a razoabilidade da informação prestada pela Administração.		
		Y) Obter da Administração relação de funcionários diretamente responsáveis pela área de comércio exterior, contendo o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e período de atuação, durante o período analisado, com a respectiva qualificação técnica.		
		Z) Obter da Administração relação de todos os agentes de carga intervenientes nas operações de importação e exportação, no período analisado, com os respectivos dados cadastrais dos agentes de carga.		
		AA) Obter da Administração relação de todos os despachantes aduaneiros contratados, no período analisado, com respectivos dados cadastrais dos despachantes aduaneiros.		
		AB) Obter da Administração relação de todas as empresas contratadas, para realizar operações de comércio exterior por sua conta e ordem ou por encomenda, com os respectivos dados cadastrais, especificando as principais características do contrato firmado (objeto, prazo e valor) com as empresas contratadas.		

2. SISTEMA DE CONTABILIDADE E REGISTRO FISCAIS: Avaliar a escrituração fiscal e contábil, observando o quadro roteiro abaixo. Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade a Administração deverá adotar providências necessárias à sua correção.			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Preparado por / data
1 Avaliar e revisar a metodologia de escrituração dos livros fiscais e comerciais.	Para fins dos passos do programa a seguir, considerar que as entrevistas para entendimento das políticas e dos controles devem ser sempre combinadas com os seguintes procedimentos: (i) indagações junto aos responsáveis das respectivas áreas; (ii) inspeção de documentos, quando aplicável; e (iii) re-execução das principais atividades de controle ou execução do rastreamento de uma transação ao longo do fluxo do processo.		
	A) Obter a relação dos livros utilizados na escrita fiscal e comercial (tais como: livro de apuração do IPI; de entradas e saídas; registro de inventário; controle de produção e estoque; termo de ocorrências; livro de apuração do lucro real; diário, balancete; razão contábil e os demais descritos na Lei 6404) da Empresa. Obter o entendimento e descrever nos papéis de trabalho a metodologia utilizada para as suas escriturações, incluindo a autorização para escrituração eletrônica e avaliar se o processo de escrituração vem sendo efetuado consoante os prazos legais.		
	B) Obter entendimento e a descrição dos sistemas informatizados utilizados para o controle contábil, fiscal e de estoques, incluindo nome, versão, empresa ou técnico responsável por seu desenvolvimento.		
2 Avaliar e revisar o plano de contas e os modelos de lançamentos contábeis utilizados para registro das operações de comércio exterior.	C) Obter uma cópia do plano de contas relacionado às operações de comércio exterior da Empresa e verificar, em base de testes, se o plano de contas, os procedimentos contábeis e fiscais utilizados possibilitam identificar os registros das operações de comércio exterior.		
	D) Obter entendimento e um descritivo da estrutura do plano de contas e dos modelos de lançamentos contábeis utilizados para o registro das operações de comércio exterior.		

2. SISTEMA DE CONTABILIDADE E REGISTRO FISCAIS: Avaliar a escrituração fiscal e contábil, observando o quadro roteiro abaixo. Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade a Administração deverá adotar providências necessárias à sua correção.				
	Objetivo	Procedimento	Ref.:	Preparado por / data
3	Avaliar a regularidade dos registros fiscais e contábeis relativamente às operações de comércio exterior.	E) Selecionar (conforme Anexo A-2) itens para comprovar se os registros fiscais e contábeis relacionados às operações de comércio exterior foram efetuados em consonância com os procedimentos descritos acima e se sua escrituração vem sendo efetuada consoante os prazos legais.		
4	Revisar os procedimentos de guarda de livros fiscais, comerciais, arquivos e documentos fiscais, especialmente os destinados à instrução de declarações e registros de comércio exterior, que permitam a identificação das condições de cada operação, seus intervenientes e movimentação financeira correspondente.	F) Obter um entendimento das políticas e procedimentos de controle relacionados à guarda de livros fiscais, comerciais, arquivos e documentos fiscais especialmente os destinados à instrução de declarações e registros de comércio exterior (Declaração de Importação; Fatura Comercial/Pro-forma; Conhecimento de Transporte; contratação do seguro; Pedido de Compra; Contratos de Câmbio; Contrato de Prestação de Serviço de Importação, caso aplicável; Notas fiscais de entrada e de saída; documentos relacionados ao adiantamento de numerário, caso aplicável; serviços de despachante, serviço de armazenagem).		
		G) Observar para uma amostra selecionada (Conforme Anexo A-2) e em base de testes, se os arquivos e documentos fiscais especialmente destinados à instrução de declarações e registros de comércio exterior possibilitam identificar as condições de cada operação de importação e exportação, as partes envolvidas e a movimentação de pagamento e recebimento dessas transações.		
5	Revisar o procedimento de apuração e cumprimento de suas obrigações tributárias.	H) Obter um entendimento dos procedimentos de controle adotados pela Empresa na apuração do Imposto de Importação, IPI, PIS/COFINS - importação, PIS/COFINS, IRPJ, CSLL e CIDE. Corroborar o entendimento dos procedimentos de controles através de testes seletivos e, quando aplicável, através de indagações junto aos responsáveis das áreas de contabilidade e fiscal.		
		I) Com base nos controles-chave que possam ser identificados a partir do procedimento anterior, selecionar uma amostra (conforme Anexo A-1) para testar a efetividade dos referidos controles.		

2. SISTEMA DE CONTABILIDADE E REGISTRO FISCAIS:			
Avaliar a escrituração fiscal e contábil, observando o quadro roteiro abaixo.			
Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade a Administração deverá adotar providências necessárias à sua correção.			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Preparado por / data
	<p>J) Obter as bases de cálculo dos tributos acima e efetuar os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confrontar as adições e exclusões com balancete contábil e com os respectivos documentos e planilhas de cálculo suportes; - Efetuar uma leitura no balancete contábil com a finalidade de identificar possíveis adições e exclusões não incluídas na base de cálculo dos tributos acima referidos; - Quando aplicável, confrontar os livros de apuração de impostos com o balancete contábil; <p>Revisão analítica - Obter uma relação mensal das despesas com Tributos para o período sob exame e observar se o saldo contábil das despesas guarda relação com o volume das transações da Empresa e com contas correlatas.</p> <p>Para adições de “Preços de Transferência”, se aplicável, efetuar como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> - considerando o conhecimento do cliente, identificar a existência de operações que podem estar sujeitas às regras de preços de transferência (importação e exportação com pessoas vinculadas, e as operações envolvendo paraísos fiscais – vide art. 18 a 24 da Lei nº 9.430/96, art. 4º e 5º da MP 22/02 e INs 188/02 e 243/02) e alterações posteriores; - Observar se a Empresa realizou a apuração dos ajustes de preços de transferência para importação e exportação e os métodos adotados. Questionar qual foi a documentação utilizada como suporte para cálculo de cada método; - Observar se tais ajustes foram calculados em anos anteriores e se a Empresa já foi submetida à fiscalização nesta área. - Empréstimos com Empresas Ligadas (ativos ou passivos). Discutir encargos, existência ou não de contrato e se há registro no BACEN, conforme aplicável. 		

2. SISTEMA DE CONTABILIDADE E REGISTRO FISCAIS:				
Avaliar a escrituração fiscal e contábil, observando o quadro roteiro abaixo.				
Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade a Administração deverá adotar providências necessárias à sua correção.				
Objetivo	Procedimento		Ref.:	Preparado por / data
	K) Verificar para o período em análise e para uma amostra selecionada (conforme Anexo A-2), com base de testes, a evidência através da comparação com as guias de recolhimento, DCTF/ DARF, DIRF/DARF, ou compensação dos tributos federais, relacionados acima.			
	L) Discutir com a Administração a situação geral de suas contingências fiscais e seus eventuais reflexos no processo de habilitação ao Linha Azul.			
6	Revisar o sistema de controle permanente de estoque de insumos, matérias-primas, embalagens e produtos acabados, dentre outros, de forma a refletir os estoques existentes em seus estabelecimentos ou sob a guarda de terceiros.	M) Obter a descrição da metodologia de gestão de estoque, controle de insumos, componentes ou suprimentos, produtos em elaboração e produtos acabados, bem como a periodicidade de contagem física. Corroborar o entendimento das informações executando rastreamento de uma transação ao longo do processo.		
		1. Com base nos controles-chave que possam ser identificados a partir do procedimento acima, selecionar uma amostra (conforme Anexo A-1) para testar a efetividade dos referidos controles.		
		N) Obter os registros permanentes de estoque de todos os CNPJ da Empresa, referente ao último ano calendário analisado, e executar os seguintes procedimentos:		
		1. Confrontar o total dos relatórios com o saldo do balancete contábil.		
		2. Selecionar (conforme Anexo A-2), partindo dos registros permanentes, itens de compras de insumos, matérias-primas, embalagens e produtos acabados, e confrontar com a respectiva documentação-suporte, atentando para as quantidades, a data de aquisição e do registro contábil.		
		3. Considerando o conhecimento do negócio da Empresa, considere a possibilidade da existência de estoques em poder de terceiros e avalie os controles mantidos pela Empresa sobre os mesmos. Observar e evidenciar nos papéis de trabalho se o registro permanente de estoque possibilita identificar estoques armazenados nos estabelecimentos de terceiros.		

2. SISTEMA DE CONTABILIDADE E REGISTRO FISCAIS:				
Avaliar a escrituração fiscal e contábil, observando o quadro roteiro abaixo.				
Caso seja verificado erro, omissão ou irregularidade a Administração deverá adotar providências necessárias à sua correção.				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Preparado por / data
		4. Avaliar se o registro permanente de estoque está em consonância com a legislação aplicável no que se refere à utilização de livros/modelos apropriados e com sua escrituração atualizada (exemplo: modelo 3 e 7).		
		5. Verificar se o controle está segregado em importação, exportação e compras nacionais.		
7	Revisar a regularidade das inscrições dos seus contabilistas (técnicos e contadores) nos respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade, de forma a garantir que as declarações sejam firmadas por profissionais que estejam em situação regular.	O) Obter a relação e inspecionar a situação cadastral do contabilista responsável pelas demonstrações contábeis da Empresa e daqueles que firmarem as declarações objeto deste trabalho, perante o respectivo Conselho Regional de Contabilidade através do site na internet (Ex: em São Paulo (:: Portal do CRC SP:: - consulta de contabilistas)).		

3. QUALIDADE NO DESPACHO ADUANEIRO				
Avaliar a qualidade das declarações aduaneiras apresentadas, observando o roteiro abaixo.				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Executado por / data
1	Identificar as retificações ocorridas nas declarações aduaneiras (importação e exportação), classificando por tipo de ajuste, por pessoa responsável pela elaboração da declaração (despachante aduaneiro ou sócio/funcionário da Empresa), por iniciativa própria, por exigência da fiscalização ou a pedido.	A) Obter da Administração uma relação atualizada de todas as retificações ocorridas nas declarações aduaneiras (importação e exportação) e perdimentos no período em revisão, classificadas por tipo de erro/ajuste, por pessoa responsável pela elaboração da declaração (despachante aduaneiro, funcionário, etc) e por iniciativa própria ou por exigência da fiscalização. Através de indagações com a administração confirmar o adequado entendimento da natureza dos erros e as causas para os mesmos.		
		B) Obter da Empresa de forma resumida a natureza dos erros ocorridos bem como as medidas tomadas para evitar novas ocorrências.		
		C) Com base na relação dos erros detectados pela Empresa obter as medidas tomadas para retificar as declarações aduaneiras. Indagar a administração para entender a viabilidade e efetividade das medidas tomadas.		
		D) Com base na relação acima, obter e testar aritmeticamente os índices semestrais dos seguintes erros nas declarações aduaneiras no período auditado: i) quantidade de declarações de importação com erros/quantidade total de declarações de importação registradas; ii) quantidade de adições com erros/quantidade de adições registradas; iii) quantidade de declarações de exportação com erros/quantidade de declarações de exportação registradas; iv) quantidade de Registros de Exportação (RE) com erros/quantidade de RE registrados;		
2	Verificar a existência de erros detectados pela Empresa que não foram providenciados ajustes ou	E) Questionar a administração quanto à existência de erros detectados e não corrigidos. Evidenciar nos papéis de trabalho quais os procedimentos adotados pela Empresa para assegurar que os erros detectados sejam corrigidos.		

3. QUALIDADE NO DESPACHO ADUANEIRO				
Avaliar a qualidade das declarações aduaneiras apresentadas, observando o roteiro abaixo.				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Executado por / data
	correções nas respectivas declarações aduaneiras.	F) Se aplicável, obter justificativas da Administração sobre a razão dos erros detectados não terem sido corrigidos.		
3	Elaborar e manter registros dos casos de mercadorias importadas sujeitas à aplicação de pena de perdimento, classificando por tipo de infração (inclusive nas hipóteses de abandono).	G) Obter da Administração uma relação atualizada de todos os processos administrativos de pena de perdimento.		
		H) Obter da Administração e evidenciar nos papéis de trabalho a natureza das penas de perdimento e quais os controles adotados para evitar a ocorrência de perdimento. Indagar a Administração para confirmar o entendimento da natureza das penas de perdimento		
4	Analisar a necessidade de aperfeiçoamento de procedimentos internos com vistas a reduzir as interrupções de despacho, a aplicação de multas ou da pena de perdimento e a quantidade de retificações das declarações aduaneiras.	I) Obter e descrever de forma resumida os procedimentos de controle para preenchimento e registro das declarações aduaneiras (importações e exportações) no SISCOMEX, da confecção dos documentos inerentes ao processo e de sua apresentação tempestiva, bem como dos procedimentos para regularização de pendências;		
		J) Com base na descrição dos procedimentos de controle acima, selecionar (conforme Anexo A-1) as atividades que representam controles-chave a fim de testar se os controles quanto ao preenchimento e registro das declarações no SISCOMEX estão operando de forma consistente.		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado por / data
Entender a metodologia e critério para classificação fiscal	A) Obter informações e descrever de forma resumida a metodologia e documentação utilizada para a classificação fiscal dos produtos.		
	B) Descrever nos papéis de trabalho de forma resumida os critérios utilizados para a aferição da classificação fiscal.		
Entender a metodologia para determinação do valor aduaneiro	C) Obter informações e descrever nos papéis de trabalho de forma resumida as condições e os tipos de negociação das operações de importação: descrição de como ocorrem as negociações, fixação de preços, documentação de apoio às compras, forma de aprovação das compras, metodologia utilizada para cálculo do valor aduaneiro e os ajustes correspondentes.		
Revisar as operações de comércio exterior de modo a identificar eventuais inconsistências, sobre:	D) Obter da Administração uma relação de todas as operações de importação ou exportação, ocorridas no período em análise contendo as seguintes informações:		
a) a classificação tarifária (NCM), NVE, enquadramento em destaques e “ex-tarifário” declarados nas importações e exportações, correção da tarifas aplicadas e dos direitos antidumping devidos, conforme quadro roteiro abaixo:			
1 I – código interno (<i>part number</i> , <i>internal identifier</i> , etc); II – descrição III - nomes vulgar, comercial, científico e técnico; IV - marca registrada, modelo, tipo e fabricante;	<ul style="list-style-type: none"> • Código interno (<i>part number</i>, <i>internal identifier</i>, etc); • Descrição completa da mercadoria, conforme utilizada pela Empresa, necessária à sua perfeita identificação (em português) • Nomes vulgar, comercial, científico e técnico; • Marca registrada, modelo, tipo e fabricante; 		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado por / data
<p>V – aplicação, uso ou emprego;</p> <p>VI - dimensões físicas, quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria;</p> <p>VII – forma (líquido, pó, escamas, etc) e apresentação (tambores, caixas, etc, com respectivas capacidades em peso ou em volume), quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria;</p> <p>VIII – matéria ou materiais de constituição e suas percentagens em peso ou em volume quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria; e</p> <p>IX – processo detalhado de obtenção da mercadoria quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria.</p> <p>IX – NCM</p> <p>XI - NVE (se aplicável)</p> <p>XII – destaque (se aplicável)</p> <p>XIII – “ex-tarifário”</p> <p>No caso de artigos destinados a constituir parte do produto a ser fabricado, verificar também as seguintes informações:</p> <p>I - função principal e secundária;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação, uso ou emprego; • Dimensões físicas, quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria; • Forma (líquido, pó, escamas, etc) e apresentação (tambores, caixas, etc, com respectivas capacidades em peso ou em volume), quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria; • Matéria ou materiais de constituição e suas percentagens em peso ou em volume, quando relevante para a classificação fiscal da mercadoria; • Processo detalhado de obtenção da mercadoria, quando relevante para a sua classificação fiscal. Buscar evidência do processo empregado por meio de documentos ou outro meio considerado adequado. • NCM • NVE (se aplicável) • Destaque (se aplicável) • “Ex-tarifário”, se aplicável <p>As seguintes informações, no caso de artigos destinados a constituir parte do produto a ser fabricado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função principal e secundária; 		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado por / data
<p>II – princípio e descrição resumida do funcionamento;</p> <p>III – descrição do produto a ser fabricado.</p> <p>No caso de matérias-primas das indústrias químicas e conexas, verificar também as seguintes informações:</p> <p>I - Composição qualitativa e quantitativa;</p> <p>II - fórmula química bruta e estrutural;</p> <p>III - componente ativo e sua função.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Princípio e descrição resumida do funcionamento; Descrição do produto a ser fabricado. <p>As seguintes informações, no caso de matérias-primas das indústrias químicas e conexas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Composição qualitativa e quantitativa; Fórmula química bruta e estrutural, indicando apenas as quantidades dos compostos químicos; Componente ativo e sua função. 		
	<p>E) Com base na relação acima, selecionar a documentação-suporte para as operações de importação e exportação (Conforme Anexo A-2) e, para todos os itens selecionados efetuar os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> comparar sua classificação tarifária, com a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM ou Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística – NVE; comparar o enquadramento em destaques e “ex-tarifário” declarados nas importações; revisar a correção das tarifas aplicadas, se necessário; e revisar os direitos antidumping devidos, se necessário. 		
2	<p>Indicar a existência de processo de consulta perante SRF, de laudos decorrentes de coleta de amostras ou de pareceres</p> <p>F) obter da administração um sumário dos processos de consulta junto à SRF, de laudos decorrentes de coleta de amostras ou de pareceres técnicos sobre a classificação fiscal dos insumos e relacionar as informações obtidas no relatório do auditor.</p>		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Executado por / data
	técnicos sobre a classificação fiscal dos insumos.			
3	Relacionar os critérios de classificação fiscal adotados, segundo as Regras Gerais de Interpretação do Sistema Harmonizado, as Regras Gerais Complementares do Mercosul e as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado	G) Obter da administração os critérios de classificação fiscal adotados, segundo as Regras Gerais de Interpretação do Sistema Harmonizado, as Regras Gerais Complementares do Mercosul e as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado. Indagar a administração quanto à forma como esses critérios foram determinados. G1) Selecionar, em base de testes (conforme tabela do Anexo A – 2), declarações aduaneiras a fim de observar a adequada classificação fiscal.		
4	Revisar, em base de testes, a classificação fiscal das declarações aduaneiras.			
5	Verificar as importações em que a posição tarifária estava sujeita à aplicação de Direito Antidumping,. Nesses casos, verificar o recolhimento dos valores devidos.	H) Para os produtos importados que estejam sujeitos à aplicação do Direito Antidumping, comparar o recolhimento dos valores devidos com a legislação aplicável;		
	b) a quantificação de mercadorias importadas e exportadas, na unidade de medida estatística, considerando os respectivos quantitativos constantes de faturas comerciais, conhecimento de carga, certificados de arqueação, etc, conforme o quadro roteiro abaixo;	I) Com base nos itens selecionados no item E acima, e considerando os respectivos quantitativos constantes de DI, DSI, DE e DSE, conhecimentos de carga, certificados de arqueação, etc, recalculando a conversão procedida pela Empresa das quantidades importadas ou exportadas, respectivamente, para as quantidades de mercadoria na medida estatística ou na unidade de medida, publicadas no website do Ministério do Desenvolvimento (www.desenvolvimento.gov.br) e efetuar os seguintes procedimentos:		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado por / data
1 Verificar nas Declarações de Importação e Exportação e as quantidades nas unidades de medida estatística declaradas correspondem com as quantidades constantes na documentação pertinente (faturas, conhecimentos de carga, packing list, certificado de origem, certificados de arqueação, registros de entrada/saída em estoque, etc)	I1) Confrontar as quantidades obtidas acima com as quantidades nas unidades de medida estatística ou de medida da mercadoria, respectivamente, declaradas nas Declarações de Importação e Exportação.		
2 Nos casos em que se tenha constatado divergência entre as quantidades declaradas nas unidades de medida estatística e nas unidades de comercialização, tanto na importação como na exportação, verificar se tais informações foram retificadas e se houve o recolhimento de eventuais diferenças de tributos e multas.	I2) nos casos em que se tenha constatado divergência entre as quantidades declaradas nas unidades de medida estatística e nas unidades de comercialização, tanto na importação como na exportação, obter a retificação de tais informações e o recolhimento de eventuais diferenças de tributos e multas, observar a inclusão da retificação na relação obtida no procedimento 3.A) acima.		
3 Verificar, para efeito de quantificação, no caso de utilização para controle interno de unidade de medida diversa das constantes nos documentos de aquisição e venda, se as conversões de unidades correspondem às declaradas nas adições das declarações de	I3) comprovar, para efeito de quantificação, no caso de utilização para controle interno de unidade de medida diversa das constantes nos documentos de aquisição e venda, se as conversões de unidades correspondem às declaradas nas adições das declarações de importação e exportação.		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Executado por / data
	importação e exportação.			
4	Verificar a veracidade dos dados constantes dos controles de estoque na data da verificação. Deverão ser cotejadas as seguintes informações, referentes a insumos, matérias-primas e embalagens importados:	I4) obter um entendimento das políticas e procedimentos de controle adotados pela Empresa para assegurar que os estoques (importação e exportação), foram corretamente registrados na contabilidade. Adicionalmente, observar e testar, os procedimentos relacionados à contagem física dos estoques e como os ajustes de inventário são registrados na contabilidade.		
		I5) com base nas políticas e procedimentos de controle descritos acima, identificar (conforme Anexo A-1) os controles-chave e testar a sua efetividade na data sob exame em base de teste;		
	1 – estoque inicial 2 – entradas; 3- saídas no mesmo estado em que importados; 4- incorporação em produtos fabricados ou consumo no processo de fabricação; 5- perdas efetivamente incorridas; 6- estoque atual.	I6) obter da Administração, mapa de movimentação dos estoques, considerando com as informações descritas a seguir e confrontar as informações com o balancete contábil: estoque inicial (+) entradas; (-) saídas no mesmo estado em que importados; (+/-) incorporação em produtos fabricados ou consumo no processo de fabricação; (-) perdas efetivamente incorridas; (=) estoque atual.		
c)	a determinação da base de cálculo dos tributos incidentes sobre as importações de mercadorias, em especial, o rateio das despesas de frete e de seguros nas respectivas declarações de	J) Com base nos itens selecionados em base de teste no item 4.E) acima, observar o critério para determinação da base de cálculo dos tributos incidentes sobre as importações de mercadorias, em especial, o rateio das despesas de frete e de seguros nas respectivas declarações de importação e efetuar os seguintes procedimentos:		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Executado por / data
importação; e				
1	Verificar se o método de valoração foi declarado corretamente nas importações e, caso contrário, proceder às retificações baseado em método substitutivo previsto no AVA	J1) Observar e relatar os procedimentos de controle adotados pela Empresa para determinar se o método de valoração aduaneira foi declarado corretamente nas importações.		
		J1.1) Com base nos controles-chave que foram identificados na descrição acima, selecionar uma amostra (conforme metodologia descrita no Anexo A 1) para testar a efetividade dos referidos controles.		
2	Confirmar se na determinação do valor aduaneiro, segundo as disposições do Artigo 1º do AVA, foi efetuado ao preço efetivamente pago ou a pagar pelas mercadorias importadas os ajustes previstos no artigo 8º da AVA, conforme a seguir:	J2) Observar e evidenciar nos papéis de trabalho os procedimentos de controle adotados pela Empresa para determinar se os ajustes previstos no artigo 8º do AVA são efetuados ao preço efetivamente pago ou a pagar pelas mercadorias importadas, conforme a seguir:		
3	Verificar, no caso de importação de commodities e de contratos para pagamentos futuros, se o preço final de transação declarado foi devidamente ajustado, nos termos do artigo 1º e Nota ao Artigo 1º do AVA.	J2.1) Observar e evidenciar nos papéis de trabalho os procedimentos de controle adotados pela Empresa para os casos de importação de commodities e de contratos para pagamentos futuros se o preço final de transação declarado foi devidamente ajustado.		
		J2.2) Com base nos controles-chave da descrição em J.2 e J.2.1. acima, selecionar uma amostra (conforme metodologia descrita no Anexo A 1) para testar a efetividade dos referidos controles.		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado por / data
d) a origem das mercadorias importadas e a autenticidade e regularidade dos Certificados de Origem;	K) Para uma amostra selecionada e em base de testes, confirmar se as mercadorias importadas beneficiadas por Acordos Comerciais estão resguardadas pelo correspondente Certificado de Origem e observar se os mesmos estão firmados.		
e) Entender o processo de industrialização	L) Descrever nos papéis de trabalho de forma resumida o processo de industrialização, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> i) relação dos produtos fabricados; ii) ciclo de produção – etapas/fases e tempos – para cada produto fabricado; iii) relação insumo-produto dos produtos fabricados; e iv) percentuais estimados de quebras e perdas para cada produto fabricado. 		
	M) Obter da Administração relação dos processos produtivos básicos (PPB) aprovados pelos órgãos governamentais para utilização de benefícios previstos em legislação específica, tais como a Zona Franca de Manaus (incluindo, neste caso, Projeto Econômico, Parecer Técnico e Resolução SUFRAMA) e comparar a classificação fiscal do produto com o descritivo no PPB, atentando para as modificações da estrutura dos produtos bem como o da legislação fiscal.		
	M1) Obter um entendimento dos procedimentos de controle interno adotados pela Empresa para assegurar que o PPB está sendo cumprido de acordo com o aprovado pelos órgãos governamentais. Com base nos controles-chave identificados, selecionar uma amostra (conforme metodologia descrita no Anexo A 1) para testar a efetividade dos referidos controles.		

4. COMÉRCIO EXTERIOR E PROCESSO PRODUTIVO			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado por / data
	N) Obter da Administração relação de Licenças ou Autorizações governamentais relacionadas a processo produtivo ou de comercialização, tais como licença ambiental, da Vigilância Sanitária, do Ministério da Agricultura, do Departamento Nacional de Produção Mineral, entre outros, indicando o número, a data de validade e o órgão emissor.		
	O) Obter da Administração relação das Anotações de Responsabilidade Técnica junto aos Conselhos Regionais de Profissões Regulamentadas (CREA, CRQ, CRF, etc) e dos profissionais técnicos responsáveis pela empresa, por processo produtivo ou por produto.		

5. CUMPRIMENTO DAS NORMAS RELATIVAS A REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Executado Por / Data
Revisar os procedimentos de controle interno para efeito de cumprimento das condições para admissão ou gozo dos benefícios relativos à Admissão Temporária.	A) Com base nas concessões do regime especial obtidas pela Empresa, obter um entendimento da operação e revisar os procedimentos e controles internos mantidos pela Empresa para assegurar o cumprimento das condições para admissão ou gozo dos benefícios relativos à Admissão Temporária, em especial, quanto aos prazos de admissão e a utilização dos bens com a finalidade para a qual foram importados;		

6. SEGURANÇA DA CADEIA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR.				
Objetivo		Procedimento		Executado Por / Data
Com o intuito de garantir que a cadeia logística da Empresa candidata não seja contaminada, isto é, utilizada por terceiros para ocultação de mercadorias, em especial armas, drogas, produtos pirateados e contrafeitos, deverá ser realizada uma avaliação das normas de segurança da Empresa e de terceiros com os quais contrate, compreendendo a avaliação:		A) Obter e evidenciar nos papéis de trabalho o entendimento do fluxo operacional relacionado à cadeia logística de comércio exterior da Empresa;		
		B) Com base nas informações prestadas pela Administração, evidenciar nos papéis de trabalho os procedimentos e controles-chave que possam ser identificados dos fluxos acima de segurança no transporte, armazenamento e embalagem, atualmente adotados pela Empresa. Com base nos controles-chave identificados, selecionar uma amostra (conforme metodologia descrita no Anexo A 1) para testar a efetividade dos referidos controles. Evidenciar nos papéis de trabalho, ainda, o que segue:		
1	das medidas utilizadas para garantia da inviolabilidade das embalagens e das unidades de carga para o acondicionamento e transporte de mercadorias procedentes do exterior;	B1) as medidas de segurança adotadas pela Empresa para assegurar a inviolabilidade das embalagens e das unidades de carga para o acondicionamento e transporte de mercadorias procedentes do exterior. Examinar, em base de teste, os contratos com as empresas transportadoras ou obter representações das mesmas confirmando os controles existentes que assegurem que as embalagens não serão violadas.		
2	das medidas de segurança adotadas pelos transportadores e armazenadores (ou no transporte e armazenagem) com vistas à garantia de segurança e inviolabilidade de suas cargas, na importação e exportação; e	B2) as medidas de segurança adotadas pela Empresa para assegurar que seus transportadores e armazenadores (ou no transporte e armazenagem) possuem procedimentos e controles com vistas à assegurar a inviolabilidade de suas cargas, na importação e exportação.		
3	dos critérios de controle de acesso pessoas e veículos às áreas de embalagem, armazenamento e expedição	B3) os critérios de controle de acesso de pessoas e veículos às áreas de recepção, descarga, embalagem, armazenamento e expedição de produtos destinados e/ou procedentes do exterior.		

6. SEGURANÇA DA CADEIA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR.				
Objetivo		Procedimento	Ref.:	Executado Por / Data
	de produtos destinados ao exterior;			
4	do monitoramento das áreas onde ocorrem as operações de embalagem, armazenamento e expedição de produtos destinados ao exterior.	B4) o procedimento de monitoramento das áreas onde ocorrem as operações de embalagem, armazenamento e expedição de produtos destinados ao exterior .		

7. CONCLUIR E REPORTAR.			
Objetivo	Procedimento	Ref.:	Preparado por / Data
Concluída a auditoria de controles internos de que trata o inciso X do art. 3º da IN SRF 476, de 13 de dezembro de 2004, o relatório circunstanciado deverá ser apresentado contendo, no mínimo, as informações constantes do Ato Declaratório Coana 6 – anexo II e alterações posteriores.	A) Verificar se os procedimentos mínimos acima descritos, além de outros que julgados necessários, conforme os riscos identificados, foram cumpridos e emitir relatório conforme detalhado no corresponde CT do Ibracon;		
	B) identificar a equipe profissional que realizou a auditoria, com resumo de suas qualificações e experiência técnico-profissional.		
	C) Obter junto à administração da Empresa a descrição das providências adotadas para saneamento de irregularidades eventualmente constatadas, incluindo a descrição das ações corretivas já implantadas ou que se encontrem em implantação e seus prazos de conclusão, mormente no que se refere à retificação das declarações aduaneiras, registros fiscais e contábeis relativos às operações de comércio exterior;		
	D) Indagar os administradores e diretores responsáveis se ocorreram eventos ou transações subsequentes ao período revisado que poderiam afetar significativamente a conclusão do auditor ou que deveriam ser objeto de divulgação.		
	E) Obter carta de representação dos administradores da Empresa quanto à responsabilidade das informações prestadas, dos controles internos, divulgação de eventos subsequentes e outros assuntos que o auditor julgar apropriado nas circunstâncias.		

RECOMENDAÇÃO DE TAMANHOS DE AMOSTRA PARA TESTE DE CONTROLES

Natureza do Controle	Freqüência de Execução	Número Mínimo de Itens para Teste
Manual	Diversas vezes ao dia	25
Manual	Diário	20
Manual	Semanal	5
Manual	Mensal	2
Manual	Trimestral	1
Manual	Anual	1
Programado	Testar uma transação para cada atividade de controle programada	

Caso sejam encontrados desvios no teste de controles de freqüência diversas vezes ao dia na amostra, expandir a amostra como segue:

Máximo de Desvio Permitido	Número de Itens para Teste Adicional
1	25
2	50
4	100

**RECOMENDAÇÃO DE TAMANHO DE
 AMOSTRA PARA TESTE SUBSTANTIVO**

Amostragem dirigida por relevância no grupo de transações

Quadro para seleção de amostras não estatísticas (qtde de itens):

Nível de segurança (assurance) requerida	Precisão				
	Menor	←-----→			Maior
Baixo	15	21	27	32	35
Moderado	30	40	50	60	65
Alto	55	80	100	120	130

MODELO DE RELAÇÃO DE FORNECEDORES
(LAYOUT EXIGIDO PELA RECEITA FEDERAL)

Item	CAMPO	Pos. Inicial	Tamanho	Formato	OBSERVAÇÕES
1	Data de Atualização	1	8	N	Data, no formato DDMMAAAA, em que ocorreu a última alteração cadastral (ou inclusão).
2	Código	9	14	C	Código da PJ / PF utilizado para relacionamento com outros arquivos (ex: código de fornecedor/fabricante).
3	Nome ou Razão Social	23	70	C	Nome ou Razão Social.
4	Endereço	93	208	C	Tipo e nome do Logradouro, número e complemento do endereço.
5	Cidade	301	40	C	Nome do município.
6	País	341	30	C	Nome do país de localização. Se Brasil, deixar em branco.
7	Telefone	371	15	N	Número de telefone, incluindo código do país.
8	Fax	386	15	N	Número de fax, incluindo código do país.
9	Sítio na Internet	401	50	C	Endereço completo do sítio na internet.
10	e-mail corporativo	451	60	C	Endereço eletrônico completo.
11	Vinculação com a PJ	511	1	C	Responder com “S” ou “N” (Sim/Não), conforme legislação aduaneira.

